

Centro Universitário Processus

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS

CURSO: Direito (Disciplina – Direito digital)	
TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO: Deep Fake e a Privacidade nas Redes Sociais: A Resposta Jurídica na Era Digital	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
Data Início:	08/2024
Data Término:	12/2024
EQUIPE	
Nome completo	
Curso/matricula	
Áureo Henrique Madureira Carneiro	SERJU4NA/2327200000035
Eduarda Mendes de Assumpção Costa	2410010000145
Herberth Vinicios Ferreira	2323180000046
Jade Toledo Martins	Direito/2413180000027
Juliana Porto Santos	2310010000078
Leudivan Bento do Amaral	2323180000045
Lilla Stephanie Fernandes Costa	2423180000046
Matheus Henrique Silva Coelho	2423180000026
PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) (orientador (a)): Alberto Carvalho Amaral	

Centro Universitário Processus

INSTITUIÇÃO PARCEIRA	Defensoria pública do DF
PÚBLICO-ALVO:	Mulheres
RESUMO: O uso de deepfakes para manipular imagens e vídeos prejudica a privacidade e a dignidade das pessoas, especialmente em casos de pornografia sem consentimento, falsificação de informações e difamação. Esses problemas criam desafios para a justiça na proteção de direitos como privacidade e honra, tornando necessária a atualização das leis para responsabilizar os infratores e evitar abusos nas redes sociais.	

Prática Extensionista

RELATÓRIO FINAL (2/2024)

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto das tecnologias de *deep fake* na privacidade, com foco nas redes sociais. Os *deep fakes* são vídeos, áudios ou imagens manipulados por inteligência artificial para parecerem autênticos, o que levanta importantes questões éticas e legais. O avanço dessa tecnologia trouxe novos desafios para a proteção da privacidade e dos direitos individuais. Neste estudo, examinamos como essa tecnologia funciona, seus riscos e as respostas jurídicas atualmente disponíveis no Brasil.

Os *deep fakes* são desenvolvidos por meio de algoritmos de aprendizado profundo (*deep learning*), como as redes adversárias generativas (*GANs*). Essas ferramentas aprendem padrões de voz, expressões faciais e movimentos para criar reproduções altamente realistas de pessoas. Embora possuam aplicações positivas, como na indústria cinematográfica e na educação, os *deep fakes* também são usados de forma prejudicial, como na disseminação de desinformação, fraudes e pornografia não consensual, causando sérios danos às vítimas.

No Brasil, casos envolvendo *deep fakes* ainda são pouco frequentes, mas vítimas têm buscado reparação por meio de ações judiciais baseadas em difamação e calúnia. Além disso, cresce o debate sobre a responsabilidade das plataformas digitais na remoção de conteúdos prejudiciais.

Apesar da complexidade tecnológica dos *deep fakes*, o arcabouço jurídico brasileiro oferece instrumentos para proteger as vítimas. Contudo, a ausência de regulamentações específicas dificulta a prevenção e a punição efetiva. As plataformas digitais também precisam adotar uma postura mais proativa na identificação e remoção de *deep fakes*.

Outro ponto relevante analisado foi o impacto desproporcional dessa tecnologia em mulheres, que são frequentemente alvos de pornografia não consensual. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para conscientização e prevenção, além do apoio às vítimas.

Portanto, este trabalho destacou os principais aspectos da tecnologia de *deep fake* e seus efeitos no direito à privacidade e no sistema jurídico brasileiro. Apesar de existirem ferramentas legais aplicáveis, o rápido avanço dessas tecnologias exige a criação de normas específicas e a implementação de estratégias que protejam melhor os cidadãos. A conscientização pública e uma fiscalização digital mais eficiente são

Centro Universitário Processus

essenciais para mitigar os riscos associados aos *deep fakes*.

RESULTADOS ESPERADOS:
Buscar conscientização pública e uma fiscalização digital mais eficiente são essenciais para mitigar os riscos associados aos deep fakes.
Quantidade de beneficiários (estimativa)
No total de 100 pessoas beneficiadas, contabilizando entre o auxílio jurídico prestado na defensoria pública e aplicação do trabalho em sala de aula.
Observações:

ANEXOS AO RELATÓRIO:

(Exemplo) Material educativo: Folder educativo/*Poster/Banner/vídeos/artigos/outros*
Descrever *qual(is):*

Deep Fake e Direitos da Mulher

Você tem direito à
proteção e ao respeito
online



Trabalho Direito Digital

O QUE É DEEP FAKE?

Deep Fake é uma tecnologia que usa inteligência artificial para criar vídeos e imagens falsas. Em alguns casos, ela é usada para criar conteúdo onde uma pessoa parece dizer ou fazer algo que, na verdade, nunca aconteceu.



Deep Fake de conteúdo sexual

Envolvem a criação de vídeos ou fotos falsas em que rosto de uma pessoa é colocado em um corpo diferente, em situações íntimas. Esse tipo de conteúdo é usado, muitas vezes, para prejudicar e constranger a vítima.

Como se proteger ?

- Redes Sociais Privadas.
- Cuidado com Apps de Imagens.
- Questionar Conteúdos Suspeitos.

O que fazer se eu for VÍTIMA de Deep Fake ?

- Reúna Provas.
- Evite Compartilhar.
- Procure Ajuda na Delegacia.
- Denuncie imagem ou vídeo nas redes sociais.
- Consulte a Defensoria Pública.

**Diga NÃO à
exposição digital
indevida!**

Lei Brasileira

Como a Lei brasileira
protege as vítimas ?

No Brasil, a lei considera crime a exposição e divulgação de conteúdo íntimo sem autorização. Quem cria ou compartilha deep fake pode responder por injúria, difamação e divulgação não consentida de imagens íntimas.



Contatos úteis

**Disque 180: Central de
Atendimento à Mulher.**

**Delegacia de Crimes
Cibernéticos.**

**Defensoria Pública:
Oferece apoio jurídico
gratuito.**

Dicas para proteger seus direitos

- Não se culpe.
- Busque apoio emocional.
- Procure informações confiáveis,



**Não se
culpe,
busque
ajuda !**

Busque apoio emocional



Centro Universitário Processus

Professor(a) articulador(a)

Coordenador(a) de Curso

Coordenador(a) de Extensão